



**PLANO DE LUTAS DO SINTUR/RJ APROVADA NO XIII CONSINTUR
REALIZADO NOS DIAS 19 À 21 DE JULHO.**

Durante sexta-feira, dia 21 de julho de 2023, o XXI CONSINTUR, a partir de uma proposta de unificar os planos de lutas apresentados pelos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em suas respectivas tes “Unidade na Luta” e “SINTUR-RJ: Uma ferramenta de luta para todos!”, representados respectivamente pelos companheiros André Nascimento, Ivanilda Reis e Estevão Fernandes de Moura, somado ao pedido do companheiro Gilson Claudio Ribeiro Soares de acrescentar as resoluções e encaminhamentos do XXIV CONFASUBRA, aprovam como plano de luta e atuação do SINTUR/RJ:

DIANTE DA CONJUNTURA AVALIADA, PROPOMOS:

- Suspensão do pagamento, com auditoria da dívida pública, sob o controle dos trabalhadores, com apoio à Frente Parlamentar sobre o limite dos juros e Auditoria Integral da Dívida Pública;
- Uma reforma tributária justa para os trabalhadores, com taxação das grandes fortunas;
- Investigação, punição e sem anistia para todos os atos golpistas, que culminaram no dia 8 de janeiro de 2023, com a prisão de Bolsonaro e todos os culpados. Expropriação dos bens dos líderes e empresários que financiaram e articularam a proposta de golpe;
- A construção e mobilização permanente em frente única com as centrais sindicais, movimentos sociais e movimento estudantil contra a extrema direita e suas movimentações golpistas;
- A Amazônia, com a retirada imediata dos garimpeiros das terras indígenas e defesa dos povos originários e suas organizações, tanto nas aldeias e nos territórios quanto no contexto urbano por suas organizações;
- Contra o arcabouço fiscal que impõe ao serviço público e seus servidores a carga do déficit da dívida pública;
- Atuação nas redes sociais, com organização de atos de rua, com forte campanha



esclarecendo a base da categoria e a população dos perigos e prejuízos da aprovação do novo arcabouço fiscal. Mobilizando em unidade com as entidades do funcionalismo contra esse projeto, fazendo pressão sobre o governo e parlamentares. Articulando emendas que possam tirar os servidores públicos e os seus direitos do texto desse projeto de lei que já tramita com regime de urgência;

- Reestatização dos setores estratégicos e controle de preços da Petrobrás;
- Isonomia de salários e benefícios no serviço público, ativos, aposentados e pensionistas;
- Regulamentação da Convenção 151 OIT (negociação coletiva) data base, direito irrestrito à greve, liberdade e proteção sindical.
- Recuperar as representações perdidas nos governos Temer e Bolsonaro, tais como a CONAES, o CNS, entre outras;
- Revogação de todas as reformas da previdência;
- Retirada dos projetos que tramitam no Congresso Nacional que prejudicam o serviço público;
- Revogação imediata da reforma do ensino médio;
- Contra a CPI do MST, organizada pelos ruralistas;
- Estatização do sistema financeiro e do comércio exterior, sob controle dos trabalhadores.
- Calendário de lutas da campanha salarial 2024 com realização de assembleias de base urgente, seminário nacional e dias nacionais de mobilização, ainda no mês de junho;
- Contra todas as formas de opressão. Combate ao machismo, misoginia, preconceito de gênero, homofobia, racismo, capacitismo, etarismo e preconceitos regionais;
- Em conjunto com as entidades do funcionalismo, através do FONASEFE, a organização de um calendário de lutas unitário de mobilização no congresso nacional, com atos de rua nos estados, aeroportos, nas redes sociais que faça pressão sobre o governo para a abertura de negociações para a campanha salarial 2024, para o atendimento das demandas gerais e específicas de cada categoria. Queremos o PCCTAE no orçamento!
- Contra a guerra da Ucrânia! Pela autodeterminação dos povos!
- Criação do observatório da democracia;



- Restaurantes universitários com preços populares para toda a comunidade acadêmica;
- Meia entrada para os trabalhadores da educação;
- Revogação da EC 95;
- Revogação das contrarreformas, leis, decretos, orientações normativas, instruções normativas e normativos que atacam a classe trabalhadora;
- Criação de comissão da Fasubra em parceria com entidades como Andifes, Proifes, Andes e outras para apoio às candidaturas progressistas partidárias, para a formação de uma bancada da Educação nos parlamentos
- Democracia dos (as) trabalhadores (as), rumo ao socialismo;
- Contra o neoliberalismo, conservadorismo e práticas reacionárias que vão contra os direitos trabalhistas, suas reformas, privatizações, precarização das relações de trabalho e a retirada de direitos dos (as) trabalhadores (as);
- Organização, diálogo e unidade programática das forças progressistas brasileiras que atuam na promoção da democracia, da igualdade e da justiça social, trabalhando para a superação de todas as formas de opressão e violência;
- Que a Fasubra, a partir da Coordenação de Políticas Sociais, oriente a criação de GTs (Grupos de trabalhos) nas entidades de base, onde não houver, para elaborar uma proposta sobre acessibilidade e mobilidade permanente nas universidades, a ser aprovado em plenária, para implementação a partir dos conselhos universitários;
- Organização dos trabalhadores por ramo de atividade;
- Normatização das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público, em todas as Instituições Federais de Ensino Superior;
- Elaboração do novo Plano Nacional de Educação, com garantia de recursos no orçamento público;
- Criar uma forma de comunicação que permita o debate coletivo dando condições a todos os grupos sindicais de expressarem suas propostas;
- É necessário fomentar a organização de grupos de trabalhos com autonomia relativa dentro da estrutura sindical, ao adjetivar a autonomia como relativa estamos considerando que as deliberações de instâncias superiores na estrutura sindical devem ser acatadas.
- Pela revogação de todas as contrarreformas!



- Sem anistia para os golpistas civis e militares!
- Reorganizar a classe trabalhadora e fortalecer a independência política do proletariado!
- Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de salário;
- Revogação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos;
- Contra o arcabouço fiscal;
- Pela anulação das privatizações de empresas estratégicas como a Eletrobrás;
- Em defesa da Petrobrás 100% estatal;
- Denúncia e luta contra a política dos parlamentares da extrema direita, que tem com o objetivo a destruição dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Luta em defesa do meio ambiente e pela preservação da Amazônia;

PARA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL:

- Realização de oficinas para formação, na tentativa de avançar na conscientização da necessidade de uma construção coletiva para a luta de combate ao racismo, contra o fundamentalismo religioso e o combate à crescente ótica fascista em nossa sociedade que ataca as liberdades e as individualidades. Avançar e fortalecer a formação política e sindical, de forma presencial, híbrida ou online.
- Realizar encontros nacionais que reflitam junto com as entidades sindicais de base, questões referentes à organização sindical: organização por local de trabalho, na perspectiva classista, construção de atividades do sindicato com setores da sociedade (associações, movimentos populares etc.), relação com a pauta imediata de reivindicações e as pautas ideológicas.
- Que a FASUBRA fortaleça a luta pelo direito irrestrito à greve, com garantia de proteção sindical a todos os militantes de sua base.

PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA, DELIBERAMOS:

- Criação do GT Carreira/ SINTUR-RJ
- Lutar pela valorização do piso da tabela salarial, dentro de uma malha salarial equalizada, com manutenção de uma diferença constante e linear, bem como a aproximação entre o piso e o teto da tabela, de uma forma mais estruturada do que temos hoje;
- Lutar pela Valorização do Vencimento Básico, buscando a linha única no contracheque e a manutenção da paridade entre ativos e aposentados;



- Lutar pela Equiparação do piso da tabela salarial com a média das remunerações de outras categorias do Serviço Público Federal da área da Educação, Ciência e Tecnologia;
- Lutar Reparação das perdas inflacionárias do período de 2010 a 2022;
- Lutar pela Reestruturação da Carreira, buscando a racionalização dos cargos existentes, reduzindo o número de cargos, aglutinando-os por tipo ou funções executadas, bem como a extinção daqueles que não fazem mais sentido de existir. Retomada desse debate junto ao Governo Federal e a resolução dos impasses que existiam antes da suspensão dessa mesa de negociações durante os governos Temer/Bolsonaro;
- Elevação dos níveis de capacitação de 4 para 8
- Diminuição dos interstícios para progressão de 18 para 12 meses.
- IQ – Aumento dos índices: - Grad.(de 25% para 45%) - Espec.(de 30% para 50%)
- Mest.(de 52% para 67%) - Dout.(de 75% para 80%).
- Retomada do programa de qualificação nas IFEs com cursos de pós-graduação gratuito voltado para atender as demandas dos TAEs.
- STEP – Aumento dos percentuais, rumo aos 5%!
- Jornada de Trabalho de 30h semanais, sem redução salarial, para toda categoria!
- Desenrola para os TAEs (Programa de facilitação e/ou isenção do pagamento de dívidas)
- Defender em unidade com as entidades do FONASEFE a pauta de reivindicações apresentada na mesa geral que inclui a recomposição das perdas salariais;
- Cobrar do governo, abertura das mesas setoriais para discussão das demandas específicas da categoria;
- Reivindicar eleição para a CIS da UFRRJ (Comissão Interna de Supervisão de Carreira);
- Total interação entre a CIS e o SINTUR-RJ
- Fazer toda a discussão dos temas da Carreira no GT de Carreira eleito em assembleia, promovendo debates, palestras, painéis sobre como foi construído o PCCTAE e as propostas de reestruturação de acordo com aprovação do XXXIV Confasubra.
- Formação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP)
- Construção de uma forte campanha de filiação com visitas setoriais.



- Construção de uma política de interação da Direção do SINTUR-RJ com os TAE's de todos os Campus Avançados da UFRRJ.
- Que os representantes dos TAE's, eleitos pelo SINTUR-RJ, integrantes de Comissões ou GT de PGD, 30 horas, Ponto Eletrônico e assuntos relacionados a vida funcional dos TAE's, apresentem relatório a cada reunião realizada.
- Que o SINTUR-RJ faça um cadastramento para identificar o perfil dos associados (as);
- Organizar e motivar a categoria para participação nas reuniões dos Conselhos Deliberativos.
- Aprovar um GT de Trabalhadores Terceirizados para acompanhar, apoiar e criar propostas para estes trabalhadores (as) com o objetivo de fortalecer suas lutas junto ao SINTUR-RJ;

PELA DEFESA DA DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, DEFENDEMOS:

- A defesa do Plano Nacional de Educação (2014-2024);
- A revogação do Novo Ensino Médio.
- Garantir o repasse integral dos recursos da LOA para a Educação;
- Normatizar o artigo 207 da Constituição para garantir de fato a Autonomia Universitária;
- Defender as Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação e dos Docentes;
- Defender a consolidação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com garantia de orçamento específico para as Universidades Federais e IFES;
- Propor Projeto de Lei para uma Política Nacional de Ações Afirmativas nas IFES, que garanta o ingresso e a permanência de trabalhadores e estudantes negros e quilombolas, indígenas, do campo, LGBTQIAP+, com Deficiência;
- Eleição paritária para reitores, conselhos universitários e todos os processos eleitorais que tenham como eleitores os membros da comunidade universitária.
- Pelo direito democrático das(os) TAEs se candidatar a reitor(a) e chefes de Institutos.
- REDISTRIBUIÇÃO – Revogação da portaria 10.723, que dificulta o processo de redistribuição dos TAEs.
- PLANO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO: Defendemos um plano de gestão que seja construído coletivamente e democraticamente. Com o estabelecimento



de metas (fora da lógica produtivista), respeitando uma jornada de trabalho de 30 horas com referência no cumprimento das metas estabelecidas e não do controle eletrônico. Submetido a uma avaliação coletiva das equipes de acordo com os planos de desenvolvimento institucional, procurando elaborar escalas, revezamentos e divisão de tarefas de modo que atenda os interesses dos servidores. Mas sempre observando também o interesse público e a missão das instituições em primeiro lugar.

TELETRABALHO/PGD - Acompanhar todo o processo de implementação, principalmente com foco no combate ao assédio moral.

-Fim Imediato das intervenções nas universidades. Reitor eleito, Reitor empossado.

- Revogação/Revisão as Instruções Normativas e Decretos do Governo Bolsonaro, que atingem os técnico-administrativos.

- Eleições para os setores administrativos;

- Exigência das reuniões do CAD e fortalecimento deste Conselho;

- Eleições para Direção do Campus de Seropédica;

- Discussão das alterações do Estatuto e Regimento da UFRRJ com a categoria;

- Cobrança de realizações de Audiência Pública para discussão de temas de interesses da Comunidade Universitária;

O SINTUR-RJ NA LUTA CONTRA A LGBTQIAP+FOBIA, PROPÕE:

- Que a FASUBRA cobre do governo federal e oriente as entidades sindicais filiadas a cobrarem em suas instituições de ensino a realização de mapeamento de servidores/as sobre sua orientação sexual para que se possa propor política de gestão de pessoas;

- Defender as bandeiras pelos direitos da comunidade LGBTQIAP+;

- Participar, defender e orientar os sindicatos de base a participarem das Paradas do Orgulho LGBTQIAP+, de ações, de eventos e atividades em defesa dos direitos, da igualdade, da diversidade e dar visibilidade à comunidade LGBTQIAP+;

- Cobrar da ANDIFES e das IPE a implementação do Decreto Presidencial nº - 727/2016 que dispõe sobre a garantia do uso do nome social no âmbito das IFES;

- Defender e realizem campanhas pelas cotas para pessoas trans e travestis em concursos públicos e para ingresso nas IFES;

- Incluir nas mesas de negociação e nos acordos coletivos o compromisso do



governo federal com a promoção de direitos da comunidade LGBTQIAP+;

- Que o SINTUR defendam e realizem campanhas para que o Ministério da Educação e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPE) concedam o direito à licença adotante para casais homoafetivos;
- Que o SINTUR realize seminários, debates, encontros, lives com a temática LGBTQIAP+ e oriente seus sindicatos de base a realizarem as mesmas ações
- Cobrar não apenas do governo federal, mas também da administração central da universidade, a realização de mapeamento dos servidores sobre sua orientação sexual para que se possa propor política de gestão de pessoas;
- Defender as bandeiras pelos direitos da comunidade LGBTQIAP+;
- Participar, defender e orientar a base a também participar das Paradas do Orgulho Gay, de ações, de eventos e atividades em defesa dos direitos, da igualdade, da diversidade e dar visibilidade à comunidade LGBTQIAP+;
- Defender e fazer campanha para a licença adotante para casais homoafetivos;
- Articular políticas, seminários e campanha de esclarecimentos para a comunidade universitária sobre o tema LGBTQIAP+ e para a própria comunidade LGBT que não se identifica como membro pertencente desta comunidade.
- Produzir materiais de divulgação e cartilha contra LGBT+fobia;
- Criar o GT LGBTQI+
- Incentivar formações para servidoras e servidores sobre gênero e sexualidade;
- Promover o diálogo entre movimentos de mulheres, de negros e negras, indígenas e LGBTQI+ para fortalecimento da luta contra as opressões;
- Realizar um encontro local de combate às opressões;
- Promover conscientização sobre saúde mental e ações de prevenção ao suicídio.

LUTE COMO UMA SERVIDORA! O SINTUR-RJ NA LUTA CONTRA O MACHISMO, DEVERÁ:

- Promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, geração ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção;
- Lutar pela revogação da reforma da previdência que retirou direitos das mulheres;
- Promover políticas de previdência social inclusivas para as mulheres;
- Lutar pela implementação da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



- Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero.
- Lutar pela criação de uma Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência dentro da UFRRJ;
- Lutar pela implementação integral da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais;
- Lutar pela implementação de creche na UFRRJ em parceria com o IE e a prefeitura de Seropédica para servidoras e estudantes;
- Cota para ingresso de filhos de servidor ao CTUR;
- Um centro de convivência feminino para palestras de interesse da mulher com ações permanentes de acolhimento e oficinas diversas.
- Fazer interação através do SINTUR-RJ com o Grupo de pais e mães de estudantes COPAMA.
- Organizar atividades com as terceirizadas da UFRRJ;
- Realizar no mínimo um Encontro de Mulheres, por Gestão, com convite as terceirizadas.
- Promover atividades com temas para as mulheres negras, construído com os movimentos negros do Município de Seropédica.
- Promover oficinas de combate ao machismo para os homens;
- Promover espaço de venda de artesanato, que inclua as terceirizadas.
- Aprovar o GT de Mulheres do SINTUR-RJ, que ficará responsável, junto a Direção pela implementação de todas as propostas aprovadas no Congresso.
- Interagir com Grupos, Comissões, Gts, secretarias de mulheres de outros sindicatos.
- Realização de seminários, debates, painéis que discutam os temas de educação sexual, todas as formas de violência, legalização do aborto, a defesa SUS e o cuidado da saúde das mulheres, sistema estadual de cuidados.
- Participar do Conselho Municipal de Mulheres
- Pesquisa sobre as condições de vida e trabalho das mães da universidade.
- Que o SINTUR-RJ realize um senso para identificar as mulheres da base e seus filhos(as).
- Discussão sobre assédio moral e sexual, empoderamento feminino, segurança



psicológica;

- Validar a fala feminina dentro e fora da gestão.
- Aprovação de regulamento para tratamento, acolhimento, diretrizes sobre casos de depressão, pânico, transtorno de ansiedade, burnout... na UFRRJ.
- Divulgação da aplicação da Lei Maria da Penha para servidoras públicas
- Divulgação de todos os Projetos que tramitam ou tramitaram no Congresso Nacional sobre os direitos das mulheres;
- Garantia de vagas de mestrado, doutorado e capacitação voltadas para as mulheres;
- Que o SINTUR-RJ garanta a implementação de todos os encaminhamentos aprovados no XXIV relacionados as mulheres trabalhadoras e a participação em todas as atividades convocadas pela Federação;

SINTUR/RJ ANTIRRACISTA! NA LUTA CONTRA PRÁTICAS RACISTAS NA UFRRJ E SEU ENTORNO, PROPOMOS:

- Lutar pela Revogação da Portaria 14.635, de 14 de dezembro de 2021, do Ministério da Economia, uma vez que esta norma representa um golpe no trabalho das comissões de heteroidentificação. A Portaria favorece a permanência nos concursos e seleções públicas de indivíduos que forem flagrados tentando fraudar as cotas reservadas à população negra;
- Apoiar a manutenção e cumprimento da Portaria Normativa 4, de 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros nos concursos e seleções públicas;
- Que a FASUBRA exija do MEC a regulamentação do procedimento de heteroidentificação no âmbito da sua competência, nos moldes estabelecidos na Portaria Normativa 04, de 6 de abril de 2018 e considerando as especificidades da Lei Federal 12.711/2012 (Cotas na rede federal de ensino).
- Reivindicar, em cada Instituição Pública de Ensino Superior (IPES), a gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e, nos termos do artigo 76 A da Lei nº 8.112/1990 e do Decreto nº 11.069, de 2022, para servidores (as) e membros externos que, em caráter eventual, atuarem pela comissão de heteroidentificação.
- Viabilizar projetos que se convertam em eventos nacionais e principalmente locais



- dentro da UFRRJ- cujas discussões sejam capazes de produzir na categoria o desejo de engajar-se, de fato, na luta contra as práticas racistas no interior da universidades e no seio da sociedade, em parceria com as demais entidades da sociedade civil, com os movimentos antirracistas e com as organizações representativas do movimento negro;
- Estimular a participação da base em eventos regionais e locais, objetivando o engajamento na luta contra o racismo a partir da realidade da nossa comunidade em parceria com as demais entidades da sociedade civil, com os movimentos antirracistas e com as organizações representativas do movimento negro;
- É necessário promover cursos de formação voltados para os dirigentes sindicais, assim como a base, pois compreendemos que a responsabilidade por formular e viabilizar as políticas de combate ao racismo é de todos;
- Realizar campanhas de combate às práticas racistas na universidade e no meio laboral; fomentando a constituição de ouvidorias institucionais para recepcionar denúncias dessas práticas, bem como o estabelecimento de comissões para apuração e tomada de medidas, que assegurem a aplicação da legislação antirracista pelos órgãos competentes, bem como o direito a ampla defesa e contraditório aos acusados, assegurando, assim, a punição para os casos devidamente comprovados;
- Lutar contra o genocídio da população negra, além do fim do racismo religioso;
- Defender em todas as instâncias possíveis a observância das legislações que visam mitigar as desigualdades entre brancos e negros, como a Lei 10.639 (estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio), a Lei 12.711 (a lei de cotas nas universidades), a Lei 7.716 (define como crime aqueles resultantes de preconceito de raça ou de cor), a Lei 12.288 (Estatuto da Igualdade Racial); Lei 12.990 (que reserva para negros e pardos 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública federal).
- Defender a ampliação de políticas públicas destinadas a maior presença do negro no mercado de trabalho e nos campos educacionais;
- Estimular a participação anualmente, no Encontro Nacional de Negros e Negras da FASUBRA, que deverão ser precedidos de encontros regionais e/ou locais.
- Reativar o GT Antirracismo, João Cândido/SINTUR-RJ para discutir e construir



uma política de luta contra o racismo na UFRRJ;

- Interagir com os movimentos da UFRRJ, do município de Seropédica e da Baixada Fluminense, que atuam na luta contra o racismo.

- Fazer uma pesquisa para identificar os trabalhadores e trabalhadoras negros e negras da UFRRJ;

- Implementar todas as propostas aprovadas no XXIV CONFASUBRA relacionadas a políticas de combate ao racismo e garanta a participação nas atividades convocadas pela Federação;

APOSENTADOS(AS), APOSENTANDOS (AS) E PENSIONISTAS, SIM!

MAS, ATIVOS NA LUTA! O SINTUR-RJ, EM LUTA, PROPÕE:

- Orientar que os (as) aposentados (as) façam contato com os parlamentares federais e estaduais de seus respectivos estados e cobrem o atendimento e respeito às pautas da categoria;

- Desenvolver ações junto aos parlamentares da bancada federal nos estados e ao Governo Federal a fim de derrubar o Decreto 10.620 de 2021, que trata da retirada dos aposentados da folha de pagamento das universidades;

- Continuar lutando contra a reforma administrativa que inviabiliza o serviço público brasileiro e à capitalização da previdência que acaba com os direitos dos trabalhadores e só beneficia o sistema financeiro;

- Realizar campanha contra toda forma de discriminação e preconceito aos aposentados e idosos, dentro e fora dos espaços das universidades;

- Continuar a luta para a correção das distorções no enquadramento dos aposentados no PCCTAE- Reposicionamento dos Aposentados (as) e Pensionistas;

- Orientar que os sindicatos de base, em parceria com as universidades, desenvolvam um projeto de preparação para aposentadoria;

- Informar aos sindicatos de base propostas que contém legislações e andamentos jurídicos;

- Orientar que as entidades de base organizem programas de atividades físicas para aposentados (as) e pensionistas;

- Orientar que as entidades de base organizem palestras e cursos sobre formação política sindical;

- Organizar campanha, em conjunto com os sindicatos de base, de luta contra o



reajuste abusivo nos Planos de Saúde;

- Orientar que as entidades de base mantenham, de acordo com sua disponibilidade financeira, um programa para qualidade de vida dos aposentados (as) e pensionistas, através da promoção de bailes, atividades físicas, oficinas de artesanatos, curso de empreendedorismo, turismo, entre outros;
- Alertar os aposentados (as) e pensionistas sobre a necessidade de fazer o cadastramento no banco onde recebem seus proventos, sempre no mês do aniversário;
- Orientar que as Coordenações de Aposentados incentivem os colegas a participarem das assembleias e serem eleitos delegados nas Plenárias da FASUBRA;
- Continuar a luta pelo cumprimento da Lei 10.741/03, que versa sobre a prioridade do idoso na tramitação de processos judiciais;
- Lutar pela data base, com reajuste anual dos salários;
- Lutar pelo direito ao auxílio alimentação aos aposentados (as) e pensionistas;
- Lutar pela paridade entre ativos e aposentados (as) e pensionistas, quebrada pela EC 41/2003;
- Lutar pela democratização das Universidades no que tange ao assento dos aposentados (as) nos Conselhos, voto para Reitor e para CIS, levando essa pauta para discussão na ANDIFES;
- Orientar a confecção de identificação para os aposentados (as) e pensionistas visando o livre acesso nas Instituições;
- Continuar a luta contra a FUNPRESP;
- Orientar que os aposentados (as) e pensionistas das universidades estaduais tenham espaço garantido nas atividades da Federação;
- Lutar pela anulação da reforma da previdência;
- Aprovação imediata da PEC 555/2003, que põe fim à taxaço das aposentadorias e pensões;
- Revogação da EC 95/2016 – emenda do teto de gastos que promove o desmonte dos serviços públicos e coloca em risco os proventos da aposentadoria e pensões;
- Revogação da EC 103/2019 – reforma da previdência do governo Bolsonaro;
- Buscar o ressarcimento dos valores comprovadamente gastos com saúde por aposentados e seus dependentes;



- Reestruturação do PCCTAE que valorize as aposentadas, os aposentados e pensionistas em seus diversos regimes;
- Promoção de ações de mobilização e luta em defesa dos aposentados e pensionistas do SINTUR-RJ;
- Formação de um GT de Aposentados(as) e pensionistas/SINTUR-RJ com o objetivo de construir e implementar uma política, que visem motivá-los a participar das atividades e das lutas desenvolvidas na UFRRJ;
- Promover atividades culturais, visitas a teatros, pontos turísticos e a outras universidades como forma de interação com demais grupos de aposentados(as) e pensionistas;
- Promover atividades de dança, exercício físico, massagem, relaxamento, com o objetivo de promover bem-estar e melhor qualidade de vida;
- Orientar as entidades sobre a atuação de advogados não credenciados que assediam os aposentados (as) e pensionistas oferecendo vantagens em questões judiciais;
- Orientar que as entidades de base realizem palestras sobre a violência contra a mulher, assédio moral e sexual;
- Manter a luta pela integralidade dos proventos de aposentadoria;
- Continuar a luta em defesa dos aposentados (as) e pensionistas que ainda não fizeram opção pelo PCCTAE, para que os mesmos possam fazer a opção;
- No próximo congresso ter uma mesa para tratar de assuntos de aposentadoria;
- Lutar contra os PADs instaurados por administrações de universidades que fizeram o reposicionamento ou outras concessões, baseados na autonomia;
- Incorporar a luta pela retomada de rubricas de ações transitadas em julgado dos trabalhadores que estão sendo excluídas por ato de Ofício do MPOG;
- Reivindicar que o reajuste do auxílio-saúde seja no mesmo percentual dos aumentos dos planos de saúde;
- Orientar os sindicatos de base que tenham plano de saúde nas entidades, que democratizem o debate com a categoria nas negociações dos reajustes para que não haja desrespeito ao estatuto do idoso e muito menos índices de reajustes pelo IGM-Saúde e IGP-Saúde;
- Atualizar e melhorar o seu site, de forma a facilitar o acesso às informações e arquivos;



- Manter a luta em defesa do SUS;
- Posicionar-se contra os aumentos dos planos de saúde;
- Orientar que os sindicatos de base, em parceria com as universidades, criem um programa para os servidores com dependência química;
- Lutar contra o assédio, de qualquer natureza, aos idosos, negros (as), mulheres, índios e LGBTIs;
- Revogação das PEC que retiram direitos dos trabalhadores;

PELA JUVENTUDE SINDICALIZADA:

- Que o SINTUR realize uma pesquisa nacional sobre a realidade da juventude nos sindicatos de base da Federação, para reconhecer seus desafios, necessidades e potencialidades;
- Discutir estratégias para ampliar a participação dos jovens no movimento sindical, mapear o quantitativo de jovens na base e criar estratégias para aumentar a sindicalização e iniciar o processo de formação de novas lideranças.
- Buscar o diálogo com as demais entidades sindicais e com o movimento estudantil para incorporação das lutas da juventude ao Plano de Lutas da FASUBRA;
- Orientar aos sindicatos de base que façam a recepção dos jovens e dos demais concursados, informando sobre a importância e o papel das entidades de base, da Federação e seus fóruns, na conquista e na manutenção dos direitos da categoria.

PAUTANDO A COMUNICAÇÃO, RESOLVE:

- Retomar os encontros de comunicação com os profissionais, dirigentes e interessados da área nos sindicatos de base, com a participação de convidados progressistas, que sejam referência em mídias alternativas (ex: Leonardo Attuch, Luiz Nassif, Eduardo Moreira, Breno Altman, Sara York, Cynara Menezes, Ângela Carrato, Altamiro Borges, Thiago dos Reis, etc.);
- Alterar as rotinas de comunicação para a categoria, principalmente para os aposentados, a partir da dinamização das suas ferramentas, aprimorando o fluxo de informações no site e nas redes sociais;
- Produzir conteúdo audiovisual (vídeos para TikTok, reels do Instagram, dentre outros);
- Identificar e mapear, melhorando a comunicação nas redes sociais, com a utilização de todas as mídias sociais;



- Produzir, periodicamente, podcasts com temas de interesse e de relevância para a categoria;
- Produzir campanhas publicitárias/informativas diversas;
- Trabalhar na perspectiva da transversalidade com as demais coordenações;
- Publicar, juntamente com o Projeto Memória, livros e outros materiais que resgatem a história e a trajetória da Federação no movimento sindical; publicar e atualizar o livro “Linha do Tempo” na comemoração dos 45 anos da FASUBRA; cadastrar os escritores TAE e a publicação de livros digitais destes.
- Aprimorar e melhorar a organização sindical nas universidades estaduais; realizar campanha de filiação das universidades estaduais e municipais à FASUBRA;
- Discutir o modelo de autonomia universitária dessas instituições, através de um GT temático que analise e proponha soluções dos problemas identificados em cada Estado;
- Revogação da reforma da previdência e reforma administrativa, que prejudicam os trabalhadores aposentados durante os governos de extrema direita;
- Continuar a negociação da reposição das perdas salariais;
- Restaurar carreira do funcionalismo público, de forma paritária, entre ativos e aposentados;
- Lutar pela aprovação do PL 09/2023 do Deputado Estadual de SP, Carlos Giannazzi, que assegura o direito ao ressarcimento dos valores descontados dos aposentados e pensionistas. A Coordenação das Estaduais deve mapear, junto às entidades de base, que havendo situações semelhantes nos estados, que seja oferecida a mesma proposição legislativa. Se houver confiscos em outros estados que sejam devolvidos aos aposentados;
- Exigir a transparência da arrecadação e funcionamento do SPPREV e IAMSPE, respectivamente, previdência dos servidores públicos de São Paulo e Instituto Médico dos servidores públicos. Com relação no IAMSPE, o decreto do João Dória aumentou a contribuição de 2% para 3% e começou a cobrar, também, dos dependentes do seguro;
- Lutar pela aprovação de leis que concedam vale-alimentação (ou vale-refeição) para os aposentados;
- Participação de aposentados na FRENTE AMPLA em defesa dos trabalhadores do serviço público de São Paulo, frente esta já instalada com a participação de



inúmeras entidades representativas do serviço estadual;

- Lutar pela garantia de ganhos conquistados pelos trabalhadores da ativa como: abonos, seguro saúde, entre outros, que houver.

PELO MEIO AMBIENTE, PROPÕE:

- Defender a criação de comissões de meio ambiente nas entidades de base; propor às administrações universitárias que invistam na realização de projetos de educação e gestão ambiental, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão para os ambientes nas instituições, promovendo uma convivência positiva entre os diversos segmentos das comunidades universitárias, dando como exemplo a mobilidade ciclovária e o descarte de resíduos. Cobrar do governo federal e das instituições de ensino federais, estaduais e municipais:

a) Investimento em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com a temática de educação ambiental, incluindo TAE como coordenares e colaboradores dos projetos;

b) Promoção da educação ambiental para servidores (TAE, docentes e terceirizados), e estudantes das instituições de ensino superior;

c) Estimular e promover ações com a temática ambiental, como palestras, seminários, cursos, treinamentos, entre outros;

d) Dar protagonismo à gestão ambiental sustentável na administração de recursos das instituições de ensino superior;

e) Cobrar ações visando a redução do impacto ambiental nas instituições de ensino superior;

f) Promover o debate sobre atividades cotidianas, individuais e coletivas, com objetivo na preservação e respeito ao meio ambiente;

g) Promover convivência positiva entre os segmentos da comunidade universitária, baseada no respeito social e ambiental;

h) Abrir o debate sobre desenvolvimento da agroecologia e do ecossocialismo nas universidades. Por uma agroecologia dos trabalhadores e ecossocialista.

PELA SAÚDE DOS TAEs, O XIII CONSINTUR DELIBERA:

- Lutar pela implementação de fato da política de saúde mental para os servidores a partir da Portaria nº 1.261/2010;



- Defender a construção permanente e participativa de uma política de atenção em saúde mental dos TAEs dentro da UFRRJ;
- Defender a promoção da desestigmatização e despatologização do sofrimento mental, de modo a construir uma cultura inclusiva, acolhedora, humanizada e não punitiva dos servidores em sofrimento mental na Rural;
- Defender a promoção de qualidade de vida e ambiente não adoecedor para os servidores TAE dentro da UFRRJ;
- Lutar e defender a mudança na Lei nº 8.112/1990 ou a aprovação de lei sobre o Assédio Moral contendo o conceito, punição para os assediadores e o tratamento dos assediados e do ambiente de trabalho;
- O SINTUR-RJ deverá articular políticas, seminários e campanha esclarecedoras para a comunidade universitária sobre os temas saúde mental e assédio moral;
- O SINTUR-RJ deverá realizar seminários, debates, encontros, lives com a temática saúde mental e assédio moral;
- Defender a promoção de qualidade de vida e ambiente não adoecedor para os servidores TAE;
- Defender a aprovação de lei sobre o assédio moral e sexual contendo o conceito, punição para os assediadores e o tratamento dos assediados e do ambiente de trabalho;
- Defender a aprovação de lei sobre o assédio moral e sexual contendo o conceito, punição para os assediadores e o tratamento dos assediados e do ambiente de trabalho;
- Articular com a ANDIFES e o CONIF a política, seminários e campanha de sensibilização e conscientização para a comunidade universitária sobre os temas da saúde mental e assédio moral e sexual;
- Realizar seminários, debates, encontros, lives e orientar a realização de audiências públicas com a temática da saúde mental e assédio moral e sexual e orientar seus sindicatos de base a fazerem o mesmo, como formação;
- Incluir nas mesas de negociação e nos acordos coletivos o compromisso do governo federal com a promoção e a prevenção da saúde mental e punição para a prática de assédio moral e sexual;
- Cobrar da ANDIFES e CONIF que construa o entendimento, conforme a legislação preceitua, que as horas de deslocamento de ida e volta dos servidores



para as perícias médicas fora de seu local/cidade de lotação e o acompanhamento familiar sejam justificadas/abonadas no ponto; cobrar a implementação da legislação;

- Propor e discutir com o governo uma legislação própria para os servidores públicos relacionada às atividades que devem ser consideradas insalubres e que definam os limites de tolerância para os agentes físicos, químicos e biológicos considerando as especificidades das IPE (laboratórios didáticos e de pesquisas, ambientes hospitalares e outros), determinando a insalubridade qualitativamente, a partir do potencial de exposição; discutir com o governo uma política para melhoria e adequação dos ambientes laborais em relação a segurança, assim como que sejam destinados recursos com rubrica específica para as adequações, para que ocorra a diminuição das doenças dos servidores públicos, e exigir a compra de EPIs e EPCs;